



ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA NO PRONAF E PNAE

ANALYSIS OF THE PARTICIPATION OF FAMILY FARMING OF THE MUNICIPALITY OF TAQUARITINGA IN PRONAF AND PNAE

Kamila Reina Morillo – kamila_morillo@hotmail.com

Marcela Midori Yada – marcelayada@gmail.com

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga (FATEC) – São Paulo – Brasil

RESUMO

Desde os primórdios nos deparamos com a figura da família, trabalhando e se dedicando no campo para a produção de alimentos para a subsistência, com o passar do tempo e os avanços da tecnologia, surgiu uma classe chamada de agricultores familiares, e com o surgimento dos mesmos e as dificuldades vivenciadas no final do século XX, criou-se a necessidade de políticas voltadas para seu desenvolvimento, que entendiam as necessidades dos pequenos agricultores frente às grandes commodities agrícolas. Dentro das mesmas podemos identificar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), principais políticas voltadas ao fortalecimento da classe, portanto o presente trabalho analisa como está a participação dos agricultores familiares do município de Taquaritinga na políticas citadas acima, através dos dados disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, a fim de ter um diagnóstico do desempenho das mesmas e as perspectivas para o futuro.

Palavras-chave: Pequenos Agricultores. Políticas Públicas. Participação Popular.

ABSTRACT

From the beginning, we came across the family figure, working and dedicating ourselves in the field to produce food for subsistence, with the passage of time and the advances of technology, a class called family farmers emerged, and with the emergence of and difficulties experienced at the end of the twentieth century, the need was created for policies aimed at their development, which understood the needs of small farmers in relation to the great agricultural commodity, within which we can identify the PRONAF (Family Agriculture Strengthening Program) and the PNAE (National School Feeding Program), the main policies aimed at strengthening the class, so the present work analyzes how the participation of family farmers in the municipality of Taquaritinga in the policies mentioned above, through data provided by the Ministry of Agrarian Development and by the National Fund for School Development, the in order to have a diagnosis of their performance and the prospects for the future.

Keywords: Small Farmers. Public policy. Popular participation.



1 INTRODUÇÃO

Segundo ABRAMOVAY (1997) a agricultura familiar é aquela onde a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, provém de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento, e no Brasil, os agricultores familiares são de fato os pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, um dos maiores obstáculos para o crescimento sustentável da agricultura familiar e um número significativo de estabelecimentos familiares, que são minifúndios onde não se oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, e assim essa classe passou a gradativamente ser entendida como um segmento estratégico para a agricultura brasileira (MDA, 2018). Segundo Schneider et. Al. (2004) o PRONAF é uma conquista dos trabalhadores rurais e de organizações de representação de seus interesses junto ao Estado Brasileiro.

Além de acesso a créditos que possibilita a realização de suas atividades produtivas, os agricultores, mesmo que de maneira simplista, passaram a contar com outras políticas públicas que se tornaram importantes para o segmento. Atualmente com mais de 22 anos de existência, o PRONAF é a principal política pública voltada a agricultura familiar no Brasil (MDA, 2018).

Apesar do crescimento expressivo no aporte financeiro destinado ao programa, diversas pesquisas demonstram uma desvirtuação dos seus objetivos iniciais, o que tem reforçado as diferenças entre os segmentos e as cadeias produtivas mais capitalizadas (vinculadas ao modelo agropecuário dominante), e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar (MDA, 2018).

Levando em consideração o cenário atual, neste trabalho procurou-se indicar e analisar a participação da agricultura familiar, no PRONAF e PNAE no município de Taquaritinga, o objetivo foi fazer uma análise de como a agricultura familiar do município tem participado dos principais programas de incentivo ao desenvolvimento destes agricultores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Agricultura familiar e sua evolução na história



Quando se busca na literatura uma delimitação do conceito de agricultura familiar, encontram-se vertentes consideradas como uma evolução de raízes históricas ligadas aos antigos camponeses.

Para Lamarche (1998), as transformações vividas pelos agricultores familiares modernos não apresentam uma ruptura definitiva com modelos de trabalhos anteriores, e mantem uma tradição camponesa, que aumenta a capacidade de adaptação às novas exigências sociais.

Wanderley (1999) define a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora diversas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares, e afirma que o agricultor familiar, mesmo modernizado e inserido no mercado. Além disso, apresenta muitos traços camponeses, já que tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos e fragilizados nas condições de modernização brasileira e ainda continuam a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

O autor Cardoso (1987) apresenta em tópicos as características básicas do conceito clássico de camponês:

- Acesso estável a terra, seja na forma de propriedade ou mediante algum tipo de usufruto;
- Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa;
- Autossustentabilidade combinada a uma vinculação ao mercado, em caráter eventual ou permanente;
- Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, e como dispor o excedente.

De acordo com as características apresentadas, a produção camponesa é aquela onde uma família é a detentora dos meios de produção, mais que também realiza o trabalho na unidade produtiva, tendo autonomia de produzir para o mercado, como também para a própria subsistência.

2.2 Agricultura Familiar no Brasil

Na década de 1980, com as constantes redemocratizações do Brasil e com uma realidade complicada para os pequenos agricultores, se retoma a organização dos movimentos no campo, tendo representação local e também nacional, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, juntamente com a confederação nacional dos trabalhadores na agricultura (CONTAG), mudando suas formas de intervenção, ganhando assim mais visibilidade ao



expandir seu foco de atuação, levando reivindicações como demandas por terras, e as necessidades de políticas agrícolas mais específicas, que começara a compor a pauta de congressos e manifestações (ALTAFIN, 2007).

Posterior a muitas orientações, os grupos de representação, pressionam o estado por políticas públicas para o desenvolvimento do país, onde suas reivindicações fossem prioridade na pauta do governo, resultando na década de 1990, uma reinserção da reforma agrária nas agendas políticas, o que possibilitou a criação de diversos projetos voltados à classe, mais principalmente a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que representava a primeira política federal de abrangência nacional, direcionada exclusivamente para a produção familiar. (ALTAFIN, 2007)

O PRONAF foi criado em 1995, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, e é o mais conhecido crédito destinado a esses agricultores. Ele financia projetos individuais ou coletivos das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria, ou de terceiros, enquadrados no PRONAF, que gera renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, além dos menores índices de inadimplência entre os sistemas de crédito do país (MDA 2018).

O programa hoje com mais de 22 anos de existência, é a principal política pública voltada à agricultura familiar no Brasil, e teve maior força entre 2003 a 2014. O programa, desde o início da sua elaboração e institucionalização nos anos de 1995 e 1996 sofreu grandes mudanças e aperfeiçoamentos, sempre mantendo como eixo de atuação principal a concessão de crédito rural subsidiado à agricultura familiar. Mesmo com o crescimento expressivo no aporte de recursos financeiros ao programa, observa-se uma perda dos seus objetivos iniciais, o que tem contribuído para reforçar as diferenças entre os segmentos e cadeias produtivas mais capitalizadas e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar (MDA 2018).

A fim de trazer maior rigor e evitar fraudes envolvendo o PRONAF, surgiu a delimitação formal do conceito de agricultor familiar, prevista na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006.

Esta lei considera:

“[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou

empreendimento com sua família. Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aqüicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores” (BRASIL, 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município escolhido para a realização do estudo, foi Taquaritinga, que está geograficamente localizada na Unidade Federativa de São Paulo, na mesorregião de Ribeirão preto e na microrregião de Jaboticabal. Atualmente classificado como um município essencialmente agrícola, sua agricultura teve maior modernização a partir dos anos de 1960, como a maioria das cidades do interior Paulista, com gradativa substituição das extensas lavouras de café, algodão e grãos, por culturas como o tomate, goiaba, frutas cítricas, manga e cana de açúcar, com pequena importância para a pecuária em geral (TAQUARITINGA, 2013).

Figura 1. Localização de Taquaritinga no Estado de São Paulo.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Il%C3%A1polis>

3.2 Instrumentos para levantamento dos dados

Os dados referentes ao PRONAF e ao PNAE foram extraídos a partir da base de dados de crédito da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foram tabulados e analisados estatisticamente.



Para a análise dos dados do PRONAF foram estudados os contratos e seus respectivos valores entre os anos de 2000 a 2016, já para o PNAE foi realizada uma análise da participação da Agricultura Familiar nas compras realizadas pelo município nos anos de 2011 a 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRONAF

Foram analisados os números de contratos existentes entre o ano de 2000 a 2016, e seus respectivos valores totais, com estas informações conseguimos criar um valor médio para os contratos de forma anual (Tabela 1).

TABELA 1. Dados do PRONAF no município de Taquaritinga

Agricultores familiares	251		
D.A.P.	127		
Safra	Numero de contratos	Valor (R\$)	Valor médio dos contratos
1999/2000	12	37.161	3.097
2000/2001	9	44.060	4.896
2001/2002	13	39.556	3.043
2002/2003	16	67.126	4.195
2003/2004	19	118.262	6.224
2004/2005	37	346.867	9.375
2005/2006	46	416.909	9.063
2006/2007	37	353.264	9.578
2007/2008	52	665.830	12.804
2008/2009	65	1.943.378	29.898
2009/2010	51	863.675	16.935
2010/2011	62	1.143.510	18.444
2011/2012	71	1.686.023	23.747
2012/2013	68	1.319.181	20.459
2013/2014	81	2.036.870	25.147
2014/2015	84	2.376.467	28.291
2015/2016	231	818.372	3.543

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do MDA, 2018

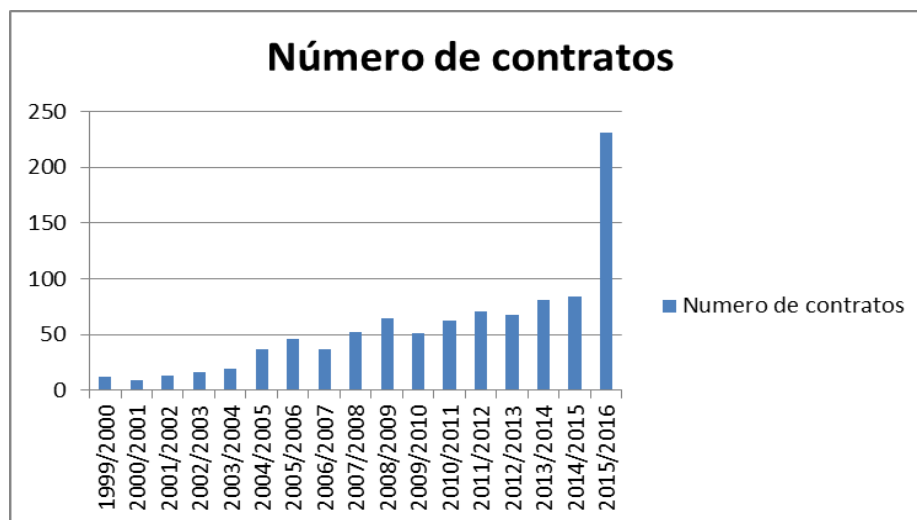
De acordo com a atual legislação, para que os agricultores se beneficiem das políticas públicas, devem possuir Cadastro de Agricultor Familiar (CAF), e estar de acordo com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Para tanto, pelos números apresentados na Tabela 1, pode-se constatar que aproximadamente 50% dos agricultores familiares presentes no município possuem DAP, o que demonstra um número relevante de agricultores que não estão tendo acesso a políticas de fortalecimento do setor.

Quando analisou-se o número de contratos, pode-se perceber que ele aumenta de forma irregular (Figura 2), tendo algumas oscilações, a maior delas ocorre no último ano,



quando observa-se um aumento de mais 200% quando comparado com a ano anterior, o que leva a crer que um número maior de agricultores estão tendo acesso ao crédito rural.

Figura 2. Número de contratos do PRONAF no município de Taquaritinga



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do MDA, 2018

Quando analisaram-se os valores dos contratos pode-se perceber, que os mesmos se iniciaram de forma discreta, e cresceram exponencialmente com muitas oscilações, tendo períodos onde o valor total tem quedas de mais de 50%, como ocorreu no último ano (Figura 3).

Figura 3. Valor de contratos do PRONAF no município de Taquaritinga



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do MDA, 2018

Quanto ao valor médio dos contratos, o mesmo aconteceu principalmente no último ano, onde o número de contratos aumentou muito e o valor diminuiu consideravelmente, o que demonstrou que os contratos do último ano apresentou valores bem baixos (Figura 4).



Figura 4. Valor médio dos contratos do PRONAF no município de Taquaritinga



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do MDA, 2018

4.2 PNAE

Quanto aos dados referentes ao PNAE, pode-se perceber que o município de Taquaritinga só começou a ter participação nas vendas governamentais no ano de 2012, esse fato se deve a criação da associação dos agricultores familiares, o que permitiu uma melhor comunicação entre os mesmos, levando-os a conseguir se inserir nesta política pública (Tabela 2).

Tabela 2. Dados do PNAE no município de Taquaritinga

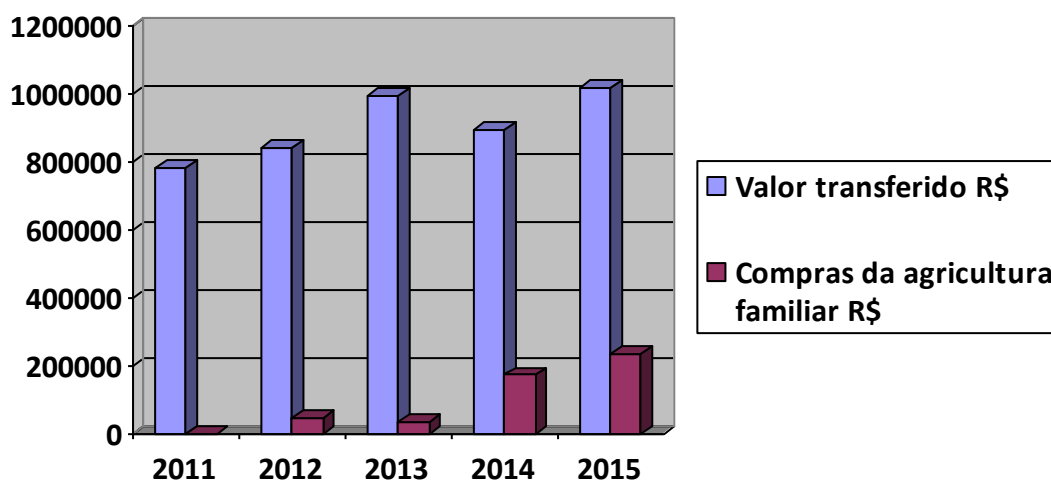
PNAE- Participação da Agricultura Familiar			
Município	Taquaritinga		
Ano	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2011	R\$ 782.880,00	R\$ 0,00	0,00%
2012	R\$ 840.024,00	R\$ 46.762,10	5,57%
2013	R\$ 992.960,00	R\$ 37.546,67	4%
2014	R\$ 894.750,00	R\$ 173.472,20	19%
2015	R\$ 1.018.578,00	R\$ 235.833,86	23%

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do FNDE, 2018

Conforme a Figura 5, observa-se a dimensão do crescimento no valor das compras realizadas pelo município para a merenda escolar de produtos vindos da agricultura familiar, mesmo que os repasses ocorreram de forma regular, o que demonstra o potencial do crescimento da classe dentro desta política.



Figura 5. Valor dos repasses do FNDE x Valor de compras da A.F.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do FNDE, 2018

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados analisados, pode-se concluir que está havendo a participação da agricultura familiar dentro das principais políticas de incentivo à classe, ainda que no momento atual, em função da falta de regularização da DAP, apenas 50% dos agricultores estejam tendo acesso ao PRONAF. Pode-se perceber que os números de contrato cresceram de forma razoável com o passar dos anos, demonstrando que o acesso vem se dando de forma gradativa, levando a crer que esses outros 50% poderão vir a ter acesso com o decorrer dos próximos anos.

Quanto aos números relacionados a PNAE, evidencia-se que a criação da associação dos agricultores familiares foi de suma importância, pois mesmo que com um potencial pouco explorado dentro das políticas de repasse do FNDE, puderam começar a fazer parte dos fornecedores de alimentos para a merenda escolar, demonstrando que quando um determinado grupo de pessoas se organiza a fim de um objetivo em comum, as metas podem ser alcançadas com mais facilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo, 1992.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). IPEA, 1999.



ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 2007. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf> Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.** Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em: 20/09/2018.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

FNDE. **Dados da Agricultura Familiar.** 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: comparação internacional.** Campinas: UNICAMP. 1993, 336p. Trad. Angela M. N. Tijiwa.

MDA. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF).** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

TAQUARITINGA. **PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.** 2013. Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/592_11_04_2011_Plano%20Municipal%20Taquaritinga.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2018.

TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** 1996. Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%20201996.pdf>> Acesso em: 10 de setembro de 2018.